

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 16 de dezembro de 2022 às 08h13
Seleção de Notícias

Economia & Negócios - Estadão | BR

Propriedade Intelectual

LGPD: a corrida das empresas para cumprir a lei de proteção de dados 3
LUIZ GUILHERME GERBELLI

Correio Braziliense | BR

16 de dezembro de 2022 | Marco regulatório | INPI

Investir em saúde é fomentar a economia 5
BRASIL

Correio Braziliense - Online | BR

ABPI

Aprovação de patentes exige processo mais célere 7
CORREIO BRAZILIENSE

Marco regulatório | INPI

Humberto Costa defende novas tecnologias na saúde e parceria com iniciativa privada 9
VINICIUS DORIA

Patentes

'Desafios 2023 - o Brasil que queremos': acompanhe ao vivo o seminário 11
CORREIO BRAZILIENSE

Folha.com | BR

Marco regulatório | INPI

Empresas manobram e STF julga renovação de patentes 13
DIEGO FELIX

Blog Direto da Fonte - Estadão | BR

16 de dezembro de 2022 | Propriedade Intelectual

Telecom e tecnologia: uma breve retrospectiva de 2022 14
AUTOR

LGPD: a corrida das empresas para cumprir a lei de proteção de dados

Em vigor desde 2020, legislação foi considerada um marco por criar regras para os setores público e privado; mudança aumentou a demanda pelos serviços dos escritórios de advocacia

Num cenário em que a economia é cada vez mais digital, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) fez aumentar a demanda pelos serviços dos escritórios de advocacia no Brasil. Nos últimos anos, as principais bancas do setor reforçaram e ampliaram as suas equipes, além de endereçar a questão tecnológica de forma multidisciplinar, envolvendo diferentes equipes. Aprovada em 2018 e em vigor desde 2020, a legislação é considerada um marco, porque criou regras e princípios de transparência em relação ao uso e tratamento de dados nos setores público e privado. As empresas precisaram, entre outros pontos, desenvolver protocolos para evitar o vazamento de informações de clientes e funcionários, criar um departamento para cuidar exclusivamente do tema e nomear um encarregado de ser o responsável pelos dados da companhia, chamado de Data Protection Officer (DPO, ou chefe da proteção de dados). **MAIS SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS** No mar de dados da internet, não distinguimos o importante do fútil

O futuro dos dados sobre saúde no Brasil Os escritórios entraram em cena porque, para as companhias, se tornou fundamental cumprir a legislação em vigor. Hoje, qualquer incidente de vazamento de dados pode levar a uma multa milionária - o valor pode chegar a R\$ 50 milhões. Portanto, ter um protocolo bem definido no caso de um incidente passou a ser fundamental. "Com a mudança para a economia digital, o dado do consumidor tem um valor muito grande para as empresas", afirma Fabricio Cardim de Almeida, sócio do escritório Mello Torres Advogados.

A primeira onda de demanda de trabalho se deu com

as companhias multinacionais, que já lidavam com leis de proteção de dados em seus países sedes e precisavam, então, adequar a legislação das suas afiliadas e controladas no Brasil. As grandes empresas nacionais vieram em seguida e marcaram um segundo movimento. "Contratamos muita gente, e essa área do escritório cresceu substancialmente num espaço de tempo bastante curto", afirma Paulo Brancher, sócio do Mattos Filho. São cerca de 35 pessoas cuidando de proteção de dados.

Atualmente, o trabalho dos escritórios passou a ser mais de manutenção de protocolos e consultoria para lidar com as novas diretrizes que são publicadas frequentemente pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), além das ações em curso na Justiça. E elas são crescentes. Um mapeamento realizado pelo JusBrasil apontou que o número de decisões relevantes envolvendo a LGPD saltou de 274 para 655 entre o ano passado e 2022.

"Há uma alteração do tipo de trabalho. Entre 2018 e 2020, a maior demanda era pela implementação da LGPD, porque estávamos auxiliando as empresas a fazer o programa de compliance, a cumprir todos os requisitos e orientações da lei", diz Larissa Galimberti, sócia de tecnologia do Pinheiro Neto Advogados. O escritório tem cerca de 80 profissionais envolvidos diretamente ou indiretamente com o trabalho de tecnologia.

Trabalho preventivo para evitar ações

O levantamento do JusBrasil, realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), analisou 1.789 documentos que tratavam da lei de proteção de dados de setembro de 2020 a setembro de 2022. A maior parte deles vinha do Tribunal de Justiça de São Paulo, com 110 decisões.

Continuação: LGPD: a corrida das empresas para cumprir a lei de proteção de dados

Em seguida, apareceram Bahia (11) e Rio Grande do Sul (10). "O que a gente tem procurado fazer com os clientes é o trabalho preventivo, o trabalho de treinamento e educação para estar o mais preparado possível se um incidente ocorrer", afirma Tatiana Campello, sócia das áreas de **propriedade** intelectual, inovação e tecnologia e privacidade de dados e cibersegurança do Demarest.

Na rede Assaí Atacadista, o trabalho para se adequar à LGPD começou no segundo semestre de 2019. A empresa levou um ano apenas para fazer um mapeamento dos departamentos, dos fluxos internos, e das atividades que atuavam ou poderiam envolver com dados pessoais.

"É um trabalho que não para, porque vira e mexe estamos criando promoções, sistemas novos que implementamos, procedimentos, que podem vir ou não ter contato com dados pessoais. É preciso estar preocupado em criar esses procedimentos dentro da lei", afirma Sadik Sarkis, diretor jurídico e compliance da companhia.

A empresa já estava totalmente ajustada à LGPD em agosto de 2020. O trabalho passou, então, a ser mais uma "lição de casa" com o desenvolvimento de políticas e procedimentos internos para garantir que a companhia tenha uma boa prática no tratamento de dados. "Nós nos adequar à lei, mas a expectativa é que muito provavelmente será preciso dar uma mexida, uma afinada", afirma Sarkis.

Passo atrás

As pequenas empresas ainda estão um passo atrás e tiveram mais dificuldade para se adaptar à legislação. Elas aceleram a implantação mais re-

centemente, conforme a ANPD passou a emitir regulamentações que tratam da lei. A autoridade determinou, por exemplo, que nem todas as companhias menores precisam de um DPO.

"Não é um bicho de sete cabeças, mas precisa gastar um tempo para conversar com todo mundo da empresa, ver como se trata dados pessoais na companhia e preparar toda a documentação", diz Tania Liberman, sócia da área de tecnologia, **propriedade** intelectual e proteção de dados do Cescon Barriou Advogados. O escritório aumentou de 5 para 7 a quantidade de advogados que cuidam do tema.

Nas empresas que oferecem crédito digital, a discrepância entre grandes e pequenas companhias ficou evidente. Por ser um setor com intenso uso de dados sensíveis, as companhias menores tiveram de manter um DPO. "As fintechs menores têm mais desafios para implementar o programa proposto pela ANPD", afirma Cláudia Amira Fiaschitello, diretora executiva da Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD). "Elas têm uma estrutura menor, menores recursos humanos e financeiros."

A associação tinha como pleito a liberação da necessidade de um encarregado de dados, mas ela não foi atendida pela autoridade. "Existem diversos documentos que precisam ser produzidos e que fazem parte da LGPD, processos que envolvem um esforço razoável e de muita dedicação", afirma Fiaschitello. Ela diz que, apesar das dificuldades, as empresas do setor estão seguindo as normas em vigor da proteção de dados. "Há uma grande conscientização do tema e preocupação, independentemente do porte, de elas estarem em compliance com a LGPD."

Investir em saúde é fomentar a economia

BRASIL

Ex-ministro Humberto Costa considera que o país tem balança comercial deficitária em um setor que representa 9% do PIB e emprega 15% da População Economicamente Ativa. Painel debateu o peso do bem-estar para o avanço e o equilíbrio da sociedade

Marcelo fefwa/CB/OA.Pnss

Segundo o ex-ministro da Saúde (no telão), a revisão da estrutura tributária abrirá espaço para a realocação de mais recursos para o setor

-VINÍCIUS DORIA

Os obstáculos que a área da saúde enfrenta no Brasil e as propostas que apontem soluções para os graves problemas do setor em um país com severas restrições econômicas foram os temas de um dos painéis do seminário Desafios 2023 - o Brasil que queremos, promovido pelo Correio Braziliense, ontem, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O debate sobre o tema foi aberto pelo senador Humberto Costa (PT-PE), ex-ministro da Saúde, que coordenou a elaboração do programa de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para a área.

Para o senador, saúde é um investimento que a sociedade deve fazer porque, além de ser um serviço essencial e universalizado, representa 9% do PIB e emprega 15% da População Economicamente Ativa (PEA), com nível de emprego qualificado. Mas ele lembra que esse é um setor em que a balança comercial brasileira é deficitária, na medida em que há uma grande concentração de produção de insumos em poucos países.

"O Brasil pode recuperar a sua capacidade produtiva no setor", disse ele, apontando que essa será uma das prioridades do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. "Vamos recompor estruturas da área da saúde, da ciência e da tecnologia. (Vamos) retomar investimentos e atrair agentes privados para o de-

envolvimento de ciência e tecnologia para a área da saúde", garantiu.

Ele defendeu políticas públicas de incentivo a esses investimentos, com revisão da atual estrutura tributária do país. Para Costa, é preciso estimular tanto a pesquisa clínica quanto a **inovação** tecnológica e de processos. "Além de atrair investimentos com políticas adequadas, vamos apostar na capacidade deste país para criação de patentes próprias", afirmou. Por isso, defendeu a reformulação do **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) "para termos patentes em vários segmentos econômicos importantes".

O senador também discorreu sobre a necessidade de o país estimular setores nos quais já tem conhecimento no campo da saúde. Ele lembrou que, no auge da pandemia de covid-19, o Brasil se viu obrigado a importar produtos "que nós temos capacidade de produzir", como ventiladores para suporte respiratório, máscaras, luvas e medicamentos básicos.

Parcerias

Costa também defendeu o modelo de parcerias público-privadas "com segurança

jurídica" para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), considerado por ele "um espaço de consumo relevante", com quase 170 milhões de usuários, além dos 50 milhões de pessoas que utilizam a saúde suplementar.

O ex-ministro da Saúde apontou mais três desafios, como a formulação de políticas que sejam capazes de melhorar a gestão da área da saúde pública; eliminação de desperdícios;

e redução da possibilidade de haver corrupção, com o desenvolvimento de sistemas de informação e ampliação das tecnologias digitais. Ele indica o aten-

Continuação: Investir em saúde é fomentar a economia

dimento especializado de média complexidade como o principal gargalo do setor, "com filas e dificuldade de acesso a especialistas". A tecnologia digital, para o senador, "é um caminho importante para melhorar esse atendimento e a gestão do sistema".

Vamos recompor estruturas, retomar investimentos e atrair agentes privados para o desenvolvimento de ciência e tecnologia para a área da saúde"

Senador Humberto Costa (PT-PE)

Falamos muito em financiamento em saúde, em re-

ursos. Mas temos que olhar para a estrutura também, com os desperdícios e a corrupção"

Marlene Oliveira,

presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida

Não há dúvida de que os desafios são enormes e demandam soluções inovadoras, com um caminho para o atendimento personalizado"

Paulo Rebelo, presidente da ANS

Aprovação de patentes exige processo mais célere

Falta de recursos e extenso backlog do **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) prejudicam avanço da inovação no Brasil Apresentado por

O registro de uma **patente** acerca de um produto é essencial para impedir terceiros de produzir, usar, colocar à venda ou importar sem o consentimento do seu titular. Entretanto, de acordo com o levantamento feito por Osha Bergman Watanabe & Burton LLP (Osha), com a publicação pela Pharmaceutical Research and Manufacturers of America (PhRma), a análise dos pedidos de **patente**, no Brasil, possui um dos tempos mais longos do mundo. O levantamento concluiu que, para o setor farmacêutico, a análise levou mais de 10 anos para pedidos feitos entre janeiro de 2020 e março de 2022.

Em dezembro, mês em que foi realizada a última atualização do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia e responsável pela gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de

propriedade industrial, foi indicado a presença de quase 13 mil pedidos no backlog da entidade.

No mesmo período do ano passado, o **INPI** registrava aproximadamente 38 mil solicitações acumuladas, com exame requerido e pendentes de decisão. A morosidade no processo é um tema que levanta discussões e preocupações. Liane Lage, diretora de Patentes do **INPI**, indica que a média de tempo de análise é de seis anos na área farmacêutica, contados a partir do pedido de exame. Já a média geral é de quatro anos, também após pedido de exame.

"Apesar dos esforços para a redução do backlog, sem a adequada recomposição do quadro de pessoal do **INPI**, o número de pedidos pendentes de decisão avançará anualmente, considerando o aumento crescente da demanda", explica Lage. Visando à redução substantiva do número de pedidos de **patente** de in-

venção com exame requerido e pendentes de decisão, foi instituído, em 2019, o Plano de Combate ao Backlog.

Com atuação até 2021, a iniciativa tratou os pedidos iniciados até o último dia do ano de 2016. Segundo a profissional, a medida foi determinante para otimizar o tempo do procedimento que determina a validação das patentes. Mesmo assim, para Lage, o assunto ainda é um desafio a ser enfrentado - e solucionado - nos próximos anos. Especialmente porque existem ainda muitos pedidos sem apreciação na 2ª instância do **INPI**, ou seja, que sofreram recurso do titular uma vez emitida a primeira decisão.

Entidades de saúde avaliam que a falta de recursos e o extenso backlog do **INPI** prejudicam a possibilidade de aprimorar e inovar o segmento. Essa realidade da excessiva e desproporcional demora na decisão leva os titulares a questionar na Justiça recomposição proporcional pelo atraso sofrido em determinadas patentes. Nestas ações, há casos em que os atrasos superam mais de 15 anos.

A dificuldade do Backlog histórico do **INPI** se somou a outra que diz respeito ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529, apresentado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em decisão frente à Lei de Propriedade Industrial, responsável por regular direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, vigente há 25 anos, o órgão removeu o mecanismo de compensação existente para garantir prazo mínimo de patentes, deixando os titulares impotentes quanto aos atrasos. A decisão retroagiu especificamente para patentes de medicamentos e equipamentos de saúde, afetando prazo de mais de três mil patentes já concedidas.

Demanda do mercado

Lage pontua que a **propriedade** industrial exerce um papel essencial para o estímulo à inovação ao fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas

Continuação: Aprovação de patentes exige processo mais célere

que atendam às necessidades da sociedade. Neste sentido, o investimento em pesquisas é a etapa básica para o desenvolvimento de inovações, em todos os setores tecnológicos.

Para que as demandas sejam atendidas e haja o êxito do avanço das **patentes** em prol da população, o país conta com o sistema de **propriedade** intelectual (PI), que possui o intuito de proteger as inovações, seja através do registro de novas marcas e **desenhos** industriais ou através da **concessão** de patentes para novas invenções. A **patente** é o instrumento jurídico que dá garantia sobre o resultado (incerto) destas pesquisas científicas.

Gabriel Leonardos, presidente da Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual (**ABPI**) declara que a PI assegura ao inovador (ou a quem for por ele autorizado a explorar a inovação) uma exclusividade temporária no mercado. "Sem um sistema eficiente de PI, as empresas não teriam estímulo para investir em qualidade, assistência técnica, pesquisa & desenvolvimento (P&D) de novos produtos e serviços", informa.

Leonardos pontua que um país sem um sistema eficiente de PI é um país que privilegia a indústria da có-

pia, e desestimula a inovação. "É um país fadado ao atraso, a ter seus melhores talentos emigrando para poder criar inovações no exterior, e a ter, em seu mercado interno, apenas produtos e serviços defasados tecnologicamente", avalia.

Produtos tecnológicos, no setor farmacêutico, são os mais modernos tratamentos para enfrentamento de doenças complexas, como doenças raras, oncológicas, psiquiátricas, dentre outras. São também as mais avançadas terapias gênicas e as novas modalidades de vacina, como as de base m-RNA utilizadas na prevenção da Covid-19.

A **Interfarma**, representante de 49 farmacêuticas que atuam para disponibilizar esses medicamentos no Brasil, defende que desestabilizar o sistema de PI com atraso na análise de **patentes**, prazos curtos de vigência e flexibilidade na efetivação de direitos junto ao Judiciário impacta o acesso aos medicamentos inovadores pela população brasileira. "Há menos incentivos para as empresas trazerem a tecnologia de ponta para o país", afirma Eduardo Calderari, presidente executivo da **Interfarma**.

Matéria escrita pela jornalista Gabriella Collodetti

Humberto Costa defende novas tecnologias na saúde e parceria com iniciativa privada

O ex-ministro ressalta ainda que a saúde é um setor em que a balança comercial brasileira é deficitária, na medida em que há uma grande concentração de produção de insumos em poucos países

Os obstáculos que a área da saúde enfrenta no Brasil e as propostas para os graves problemas do setor em um país com severas restrições econômicas foram os temas de um dos painéis do seminário Desafios 2023, o Brasil que queremos, promovido pelo Correio Braziliense, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com transmissão ao vivo pelas redes sociais e pelo site do jornal.

O debate foi aberto pelo senador Humberto Costa, ex-ministro da Saúde, que coordenou a elaboração do programa de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para a área. Para o senador, saúde é um investimento que a sociedade deve fazer, que representa 9% do PIB e emprega 15% da população economicamente ativa (PEA), com nível de emprego qualificado.

Mas ele lembra que a saúde é um setor em que a balança comercial brasileira é deficitária, na medida em que há uma grande concentração de produção de insumos em poucos países. "O Brasil pode recuperar a sua capacidade produtiva no setor", disse ele, apontando que essa será uma das prioridades do futuro governo.

"Nós vamos recompor estruturas da área da saúde, da ciência e da tecnologia, retomar investimentos e atrair agentes privados para o desenvolvimento de ciência e tecnologia para a área da saúde.

Ele defendeu políticas públicas de incentivo a esses investimentos, com revisão da atual estrutura tributária do país. Para Costa, é preciso estimular tanto a pesquisa clínica quanto a **inovação** tecnológica e de processos. "Além de atrair investimentos com po-

líticas adequadas, vamos apostar em capacidades desse país para criação de patentes próprias", declarou. Por isso, defendeu a reformulação do **Instituto** Nacional de propriedade Industrial (**INPI**) "para termos patentes em vários segmentos econômicos importantes".

O senador também discorreu sobre a necessidade de o país estimular setores nos quais já tem know how no campo da saúde. Ele lembrou que, no auge da pandemia de covid-19, o Brasil se viu obrigado a importar produtos "que nós temos capacidade de produzir", e citou ventiladores para suporte respiratório, máscaras e luvas.

Costa defendeu o modelo de parcerias público-privadas "com segurança jurídica" para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), considerado por ele "um espaço de consumo relevante", com quase 170 milhões de usuários, além dos 50 milhões de brasileiros que utilizam a saúde suplementar.

O segundo desafio é a formulação de políticas que sejam capazes de melhorar a gestão, eliminar desperdícios e reduzir a possibilidade de ocorrência corrupção, com o desenvolvimento de sistemas de informação e ampliação das tecnologias digitais. Ele aponta o atendimento especializado de média complexidade como o principal gargalo do setor, "com filas e dificuldade de acesso a especialistas". A tecnologia digital, para o senador, "é um caminho importante para melhorar esse atendimento e a gestão do sistema".

Como terceiro eixo de ação que, ele assegura, também será adotado pelo novo governo, é a redução imediata da demanda reprimida. "São milhões e milhões de pessoas que, na pandemia, que tiveram que abdicar de suas consultas, seus exames, porque os hospitais estavam voltados ao tratamento dos pa-

Continuação: Humberto Costa defende novas tecnologias na saúde e parceria com iniciativa privada

cientes de covid", além do próprio isolamento social, que afastou os pacientes de suas rotinas médicas. O senador assegurou que haverá "um grande mutirão para resolver isso".

Finalmente, ele citou o papel da iniciativa privada nesse processo, como fornecedor de insumos e tecnologias. "Precisamos adquirir do setor privado vacinas, remédios e insumos que hoje estão em falta no SUS. Isso mexe com a economia."

Para finalizar, Humberto Costa informou que, entre os pontos prioritários considerados emergenciais pelo governo de transição e que deverá ser objeto de ação do futuro governo está a reorganização do Programa Nacional de Imunização, "para atender a milhões de crianças e jovens que correm o risco de contrair doenças que já foram erradicadas no país".

Confira a transmissão completa:

'Desafios 2023 - o Brasil que queremos': acompanhe ao vivo o seminário

Os desafios que o Brasil enfrentará em 2023 ditarão o futuro do país nas próximas décadas. Por isso, as decisões do governo em temas chaves têm uma importância gigantesca. Responsabilidade fiscal, crescimento nacional e infraestrutura, a importância da educação e a saúde como fonte de sustentabilidade da nação constituem os quatro painéis do seminário Desafios 2023 - o Brasil que queremos, promovido pelo em parceria com a **Interfarma**, Abmes, Brasal, Senac e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial nesta quinta-feira (15/12).

Além da transmissão ao vivo pelo site e pelas redes sociais do jornal, o evento acontecerá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no Auditório Alvorada, em Brasília, das 14h às 19h, e será mediado pelo jornalista Vicente Nunes.

Acompanhe todas as informações do seminário neste link!

Acompanhe toda a transmissão ao vivo:

Entenda o seminário 'Desafios 2023 - o Brasil que queremos'

Em formato de painéis de discussão, o encontro contará com autoridades e representantes da equipe de transição do governo, empresariado, especialistas e formadores de opinião ligados ao tema. Todos debaterão sobre contas públicas, infraestrutura, educação, saúde e demais questões de interesse público.

Durante o seminário, haverá quatro painéis: Responsabilidade fiscal e responsabilidade social; O crescimento passa pela infraestrutura; A sociedade quer ser ouvida - educação; e A saúde como fonte de sustentabilidade da nação. Além disso, o equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e a social deve permear todos os tópicos de discussão, uma vez que é a maior preocupação do presidente eleito, em função

do avanço dos índices de pobreza no país.

Veja a programação

Abertura - 14h

» Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central

1º Painel: Responsabilidade fiscal e responsabilidade social

» Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria

» José Roberto Afonso, economista e um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal

» Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset

2º Painel: O crescimento passa pela infraestrutura

» Tony Volpon, estrategista da Wealth High Governance

» Jorge Arbache, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)

» Zeina Latif, economista

Coffee Break

» Credibilidade para o crescimento: Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda.

3º Painel: A sociedade quer ser ouvida - educação

» Cláudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV

» Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira

Continuação: 'Desafios 2023 - o Brasil que queremos': acompanhe ao vivo o seminário

de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes)

» Raphael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da CNI e diretor-geral do Senai

» Marcos Lisboa, economista e presidente

do Insper

4º Painel: A saúde como fonte de sustentabilidade da nação

» Humberto Costa, ex-ministro da Saúde

» Paulo Rebello, presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

» Marlene Oliveira, presidente do Instituto Lado a Lado

» Igor Calvet, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

Encerramento

» Michel Temer, ex-presidente da República

Educação de qualidade

Segundo o diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor-geral do Senai, Rafael Lucchesi, o Brasil tem grandes desafios, e todos eles estão fortemente atrelados à educação. "O país passa por uma transição

demográfica, onde a agenda de capital humano é decisiva para escaparmos da armadilha de renda per capita média baixa", explicou.

"Temos também um elevado desemprego entre jovens, graves problemas de baixa produtividade, precisamos avançar muito na agenda de qualidade da educação, bem como corrigir a nossa distorção na matriz educacional, ampliando de maneira significativa a educação profissional técnica", apontou.

A importância da atenção à saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi altamente testado durante a pandemia do novo coronavírus e, mesmo com todas as limitações, mostrou-se imprescindível. Mas, sai governo, entra governo, o setor sempre é alvo de corte de recursos, dificultando o acesso ao atendimento, sobretudo da população mais carente. Estima-se que, para fechar as contas neste ano, falem R\$ 22 bilhões, verba que, se não for providenciada a tempo, provocará um baque no sistema.

Uma boa estrutura pública de saúde é fundamental para o desenvolvimento sustentável de uma nação. No Brasil, a universalização da saúde está prevista na Constituição, contudo, as queixas da população em relação aos maus serviços prestados são grandes. Não por acaso, o próximo governo cortará um dobrado para amenizar os problemas e garantir que a saúde realmente seja prioridade.

Empresas manobram e STF julga renovação de patentes

São Paulo

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decide, nesta sexta-feira (16), se há respaldo jurídico para uma enxurrada de ações judiciais movidas por empresas que tentam manter a validade de suas patentes vencidas.

No ano passado, o plenário da Suprema Corte decidiu que a renovação, pura e simples, é inconstitucional.

A partir desse entendimento, as empresas foram ao **Inpi** (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual) e solicitaram um novo registro para o mesmo produto ou serviço.

Painel S.A. Receba no seu email as informações exclusivas da coluna Painel S.A. Carregando...

Entretanto, o prazo médio para análise e decisão a respeito varia entre seis e nove anos. Por isso, as requerentes foram à Justiça usando um mecanismo internacional conhecido como PTA (Patent Term Adjustment, termo de ajuste de patente, em inglês).

A manobra permite a prorrogação da patente em casos de demora nas análises de órgãos reguladores -o **Inpi**, no caso.

O que os ministros do STF vão analisar nesta sexta é a possibilidade de as empresas conseguirem na Justiça a extensão da patente por um prazo correspondente

ao período de análise do **Inpi**.

Isso aconteceria nos casos em que o órgão demorasse, sem justificativa, para liberar a análise e licenciamento das patentes -considerado pelas reclamantes como padrão no órgão.

Ministro Luiz Fux durante sessão plenária do STF - Nelson Jr. - 27.abr.2022/STF

O ministro Luiz Fux é favorável à possibilidade. Dias Toffoli e Cármen Lúcia já votaram contrariamente. Faltam os votos de Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Grupos farmacêuticos, como o FarmaBrasil e a Pró-Genéricos, afirmam que o PTA não existe na legislação brasileira e a decisão do STF no ano passado foi clara. "Ninguém perdeu direito a patentes, somente os que tinham a proteção acima de 20 anos deixaram de tê-la", disse Reginaldo Arcuri, presidente do FarmaBrasil.

Um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra que o fim da validade das patentes de medicamentos daria uma economia de R\$ 4 bilhões por ano ao SUS, valor hoje gasto com remédios de marca.

Julio Wiziack (interino) com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

Telecom e tecnologia: uma breve retrospectiva de 2022

Matheus Puppe. FOTO: DIVULGAÇÃO

Certamente, 2022 foi um ano propício para o desenvolvimento tecnológico. Diversas frentes afetaram o setor de telecomunicações e tecnologia, provocando grandes impulsos econômicos, porém trazendo muitos desafios regulatórios.

Iniciamos o ano com o 5G, tecnologia que revolucionara o setor possibilitando uma conectividade assertiva em massa, com velocidade que transformara diversos setores.

Isso permitiu a expansão da "internet das coisas", e conseqüentemente a conectividade global para soluções cada vez mais autônomas, pavimentando assim o caminho para o uso ampliado de inteligência artificial nas soluções do dia a dia, como iluminação pública e residencial, eletrodomésticos, dispositivos médicos e outros. A regulamentação exigiu também um esforço coletivo (ainda em andamento) dos municípios para padronização e implementação da legislação que possibilitou a aceleração da instalação de rede 5G.

Além dos usos residenciais, comerciais e de políticas públicas, o agro fortalecido em 2022 estabeleceu um estreitamento do setor de Telecom com o agro, posto que o uso da tecnologia possibilitou a transformação do setor, ao conectar e transformar o setor agro por meio do uso de novos equipamentos geotécnicos, tratores e máquinas agrícolas autônomas, com o uso de inteligência artificial para transformar a produção agroindustrial.

Novos desafios também foram acentuados.

A proteção de dados tomou frente. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tomou o centro da legislação de privacidade digital do Brasil, colocando-se como uma das leis mais avançadas do

mundo após a GDPR. A LGPD é um conjunto de regras destinadas a dar aos cidadãos mais controle sobre seus dados, exigindo que as empresas protejam os dados pessoais e a privacidade de seus clientes, leads e prospects.

A lei que confere aos titulares dos dados direitos alargados de acesso, retificação e eliminação dos seus dados pessoais, bem como de retirada do consentimento à sua utilização, tornou-se ainda mais visível com a autonomia funcional da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), transformada de natureza especial, onde foram mantidas a estrutura organizacional e as competências. A promulgação da Lei em 2022 fortaleceu a proteção de dados pessoais no Brasil, e preparou o terreno para fiscalizações mais ativas e sanções.

Ainda na proteção de dados, com enfoque no re-crudescimento e aplicação ativa da lei, foi elaborada a dosimetria da pena, e estabelecidos parâmetros para as sanções.

A ANPD teve ainda um ano ativo, elaborando pareceres sobre a troca de dados de um grande grupo de tecnologia, estabelecendo diretrizes e parâmetros e consolidando sua presença como autoridade nacional.

Em paralelo, vivenciamos uma judicialização em massa sobre tópicos de privacidade, com usuários buscando seus direitos, e Procon aplicando sanções relativas à LGPD, além de multas do Judiciário.

Tal re-crudescimento da privacidade de dados, afeta em muito o setor de Telecom, posto que suas formas de tratamento e compartilhamento de dados tiveram que ser alteradas.

Tivemos também uma expansão do processo de tokenização e uso de criptoativos. Com a CVM re-

Continuação: Telecom e tecnologia: uma breve retrospectiva de 2022

gulamentando (ainda que superficialmente) o setor, as empresas iniciaram o processo de financiamento de projetos por meio da emissão de tokens. Diversos tipos de tokens como NFTs, Asset Backed Tokens, Utility token, Security tokens, Equity tokens dentre outros, possibilitaram inúmeras operações, seja de marketing, proteção de **propriedade** intelectual (NFT), capitalização e distribuição de equity dentre outros. Uma área do Direito Digital que tende a se exponencializar ainda mais em 2023.

No mais, agora ao final do ano, e após longas discussões e inspirações em projetos de lei dos EUA e da União Europeia, vivenciamos a Lei de Inteligência Artificial, cujo relatório foi publicado há pouco. A Lei de IA tem o potencial de regulamentar diversos setores, especialmente o de Telecom, onde o uso cada vez mais contundente e massivo de AI para soluções de problemas internos, marketing, vendas e conversões de clientes, transformou o mercado e deverá

receber uma autorregulação (regulada) assim como a proteção de dados.

Continua após a publicidade

Enfim, 2022 foi o ano dos desdobramentos tecnológicos e expansão das regulamentações e leis no setor, abrindo caminho para um 2023 com ainda mais desafios e regras, mas, também, com possibilidades, explorando principalmente o uso consciente de dados, da IA e com potenciais de expansão do mercado de tokens e de criptos, em um novo formato.

*Matheus Puppe, sócio da área de TMT, Privacidade & Proteção de Dados do Maneira Advogados. membro do GT de Compliance do CNJ e do Comitê de Integridade do Poder Judiciário (CINT); professor convidado da pós-graduação em Novas Tecnologias, Compliance, ESG e Contratos da USP

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 7, 14

Marco regulatório | INPI
5, 7, 9, 13

Patentes
5, 7, 11

Inovação
5, 9

Propriedade Industrial
5, 7, 9

ABPI
7

Desenho Industrial
7

Entidades
7